
**Comissão de Assuntos Económicos,
Inovação e Energia**

XI Legislatura

Relatório de Actividades

Índice

1. Introdução	3
2. Organização Interna.....	4
3. Composição da Comissão	5
4. Actividade	5
5. Processo Legislativo	6
6. Petições	6
7. Requerimentos	7
8. Pedidos de informação ao Governo e Entidades da Administração do Estado.....	7
9. Escrutínio de Iniciativas Europeias.....	7
10. Outros Pareceres	8
11. Grupos de Trabalho	8
11.1. Comércio e Serviços.....	8
11.2. Desenvolvimento Regional.....	8
11.3. Energia e Eficiência Energética.....	9
11.4. Regulação da Concorrência e Defesa do Consumidor	9
11.5. Sector Automóvel	10
11.6. Têxteis e Vestuário	10
11.7. Turismo	10
11.8. Pólos de Competitividade e Clusters	11
12. Relatores para a Inovação	11
13. Nota final	11

1. Introdução

Através deste Relatório, a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia presta contas do trabalho desenvolvido ao longo da XI Legislatura, desde a sua constituição (Novembro de 2009) até à dissolução da Assembleia da República (Abril de 2011).

As actividades levadas a cabo pela Comissão enquadraram-se no seu Plano de Actividade para cada Sessão Legislativa, elaborados e aprovados pela Comissão. Foram, igualmente, concretizadas diversas actividades no seguimento de iniciativas supervenientes dos Grupos Parlamentares.

Ao longo da Legislatura, criou-se uma dinâmica de trabalho que primou pela transparência no trabalho desenvolvido e nos diversos documentos produzidos. Em particular, privilegiou-se uma grande abertura à sociedade civil, através da concessão de audiências, da realização de audições públicas e da Conferência da Primavera e, ainda, por visitas de trabalho a várias regiões do país.

Quanto ao processo Legislativo, a Comissão cumpriu as disposições regimentais, votando os pareceres num prazo médio de 26,8 dias, inferior ao prazo máximo estabelecido por lei. Constatou-se a maior expressão da opinião política dos relatores, privilegiando, assim, o debate político na Comissão. Foi valorizado, frequentemente, o contributo da Nota Técnica como instrumento de apoio ao trabalho dos Deputados. A Comissão constituiu Grupos de Trabalho para a apreciação de iniciativas em sede de especialidade, onde, no âmbito da discussão das propostas de redacção do texto legislativo, se procuravam ouvir as vozes da sociedade civil, quer através de audições, seja por solicitação de pareceres escritos. Em diversos momentos, esses contributos foram essenciais para a produção de um melhor texto legislativo.

De igual modo, o processo de acompanhamento da construção da União Europeia, através do escrutínio de iniciativas da Comissão Europeia, foi levado a cabo, em articulação com a Comissão de Assuntos Europeus, tendo a Comissão cumprido os prazos de 6 semanas indicativas para emissão de parecer relativamente às iniciativas legislativas. No decorrer da 2ª Sessão Legislativa, foi efectuado um balanço da metodologia de escrutínio, tendo a Comissão deliberado optar uma análise mais selectiva e aprofundada de determinadas iniciativas, sem prejuízo de acompanhamento e intervenção quanto às restantes, quando oportuno.

As petições apreciadas pela Comissão foram concluídas numa média de 45,5 dias, antes dos 60 dias legalmente previstos na Lei, tendo a Comissão ouvido em audição os peticionários e solicitado informações adicionais ao Governo, quando tal era necessário e/ou oportuno.

Este relatório apresenta a actividade desenvolvida pela Comissão, pelos Grupos de Trabalho e pelos Relatores ao longo da Legislatura. Para uma descrição mais detalhada, deverão ser consultados os Relatórios de Actividades elaborados no final de cada Sessão Legislativa e, em particular, a página internet da Comissão onde, com detalhe, estão disponíveis diversos tipos de documentação, gravações áudio e vídeo de reuniões, dossiers, entre outros.

2. Organização Interna

A Comissão foi instalada em 12 de Novembro de 2009, tendo exercido as suas competências e controlo político nas áreas tuteladas pelo Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, tal como definido em sede da Conferência de Presidentes de Comissões, tendo acompanhado, em particular, as seguintes políticas sectoriais: Indústria, Gestão da Propriedade Industrial, Comércio e Serviços, Turismo, Energia e Recursos Geológicos, Concorrência e Defesa do Consumidor, Supervisão e Regulação das Actividades Económicas, Investimento e Internacionalização das Empresas, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Empreendedorismo, Transferência de Tecnologia, Estratégia de Lisboa, Desenvolvimento e Coesão Regional e Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Tendo em consideração os Planos de Actividades da Comissão para cada Sessão Legislativa, as prioridades neles estabelecidas, e as iniciativas apresentadas pelos Grupos Parlamentares, a Comissão nomeou dois Relatores para a Inovação e diversos Grupos de Trabalho (GT), alguns de carácter permanente e outros para efeitos de processo legislativo ou para acompanhamento de temáticas particulares.

Assim, quanto às estruturas permanentes, e tendo em conta as prioridades constantes do Plano de Actividades, foram criados, no início da Legislatura, os seguintes GT e nomeados os Relatores acima referenciados:

Prioridade	Grupo de Trabalho / Relatores
1 – Crescimento económico e criação de emprego	<ul style="list-style-type: none">• GT Comércio e Serviços• GT Energia e Eficiência Energética• GT Sector Automóvel• GT Têxteis e Vestuário• GT Turismo• Relatores para a Inovação
2 – Acompanhamento da execução do QREN	<ul style="list-style-type: none">• GT Desenvolvimento Regional
3 – Regulação da Concorrência e Defesa do Consumidor	<ul style="list-style-type: none">• GT Regulação da Concorrência e Defesa do Consumidor

Os Grupos de Trabalho criados para o processo de especialidade de diversas iniciativas legislativas foram 4, tendo ainda existido um Grupo de Trabalho para análise de políticas públicas em matéria de Pólos de Competitividade e Clusters.

A Comissão procurou dar conta das actividades desenvolvidas através da publicitação na respectiva página internet¹.

A última reunião da Comissão, na qual foi aprovado o presente relatório de actividades, ocorreu a 6 de Abril de 2011, último dia de reuniões das Comissões no decorrer da XI Legislatura.

3. Composição da Comissão

A Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia foi composta por 23 Deputados efectivos (e igual número de suplentes), repartidos da seguinte forma: 10 do PS, 8 do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do BE, 1 do PCP e 1 do PEV.

4. Actividade

A actividade da Comissão concretizou-se, em termos de reuniões ordinárias e extraordinárias, em audições, audiências, organização de eventos e, enfim, através da participação de delegações da Comissão em representação da Assembleia da República em reuniões internacionais.

Ao longo da Legislatura, a Comissão realizou um total de 97 reuniões, englobando 49 audições (das quais 23 a Membros do Governo, 8 a Entidades Reguladoras, 4 a Entidades da Administração Directa e Indirecta do Estado, e as restantes a outras entidades). A Comissão concedeu, ainda, 23 audiências, das quais 10 a Associações sectoriais e 7 a entidades internacionais.

A Comissão teve uma forte actividade internacional, representando a Assembleia da República em 18 reuniões, das quais 15 internacionais (no âmbito de reuniões interparlamentares promovidas pelo Parlamento Europeu, pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Finalmente, em termos de organização de eventos, a Comissão organizou, na 1ª Sessão Legislativa, a Conferência da Primavera, subordinada ao tema "Pequenas e Médias Empresas", pela consciência da sua particular importância no aparelho produtivo nacional e no âmbito de uma das prioridades do seu plano de actividades: "Crescimento económico e criação de emprego, tendo presente a necessidade de aumento da produtividade e de competitividade das empresas portuguesas,

¹ <http://www.parlamento.pt/sites/com/XIleg/6CAEIE/Paginas/default.aspx>

abordando, entre outras, as áreas da qualificação, empreendedorismo, I&D e financiamento”. A Comissão pretendeu, desta forma, contribuir para a reflexão e o diagnóstico sobre a realidade das PME em Portugal, em particular em matéria de competitividade e produtividade.

Ainda na 1ª Sessão Legislativa, a Comissão organizou uma Audição pública sobre Energia, para auscultar a sociedade civil sobre política energética, em geral, e a Estratégia Nacional para a Energia e o Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, em particular.

5. Processo Legislativo

Em toda a Legislatura, baixaram à Comissão 74 iniciativas legislativas, entre Projectos de Lei, Projectos de Resolução, Propostas de Lei e Apreciações Parlamentares.

Quanto aos Projectos de Lei, a Comissão emitiu parecer relativamente a 11, tendo os restantes sido remetidos para Plenário, por ausência de tempo útil para emissão de parecer, nos prazos regimentalmente previstos.

Quanto aos Projectos de Resolução, baixaram 40 à Comissão, dos quais tendo 22 foram remetidos para discussão em Plenário por solicitação do Grupo Parlamentar proponente, por agendamento imediato para a sessão Plenária, ou por ausência de tempo útil para apreciação em Comissão. Os restantes foram discutidos em Comissão (regra geral na reunião imediatamente após a baixa à Comissão), após o que se procedia à apreciação da respectiva Informação e posterior envio para votação em plenário.

Em matéria de Propostas de Lei, a Comissão emitiu parecer sobre 5 iniciativas, entre as quais as Propostas de Lei referente ao Orçamento do Estado e às Grandes Opções do Plano.

O prazo médio de apreciação, na generalidade, dos diplomas na Comissão foi de 26,8 dias, cumprindo assim o disposto em sede do Regimento da Assembleia de 30 dias para emissão de parecer.

A Comissão procedeu ao processo de especialidade de uma Proposta de Lei, três Apreciações Parlamentares de Decretos-Lei, e nova apreciação de três Projectos de Lei.

6. Petições

No decorrer da Legislatura, a Comissão procedeu à apreciação de oito Petições, priorizando desde logo aquelas transitadas da XI Legislatura. Das restantes, a Comissão solicitou a reapreciação do despacho de baixa à Comissão relativamente a duas petições, tendo estas sido remetidas à 5ª

Comissão. Das restantes quatro, duas foram apreciadas e concluídas (1 das quais, pelo número de petiçãoários, foi debatida em Plenário), transitando outras duas para a Legislatura seguinte, ainda dentro do prazo legal de apreciação pela Comissão.

7. Requerimentos

Em toda a Legislatura, foram apresentados 34 Requerimentos para audição de diversas entidades (a maioria das quais referentes a membros do Governo), dos quais 30 foram subscritos por Grupos Parlamentares e os restantes por Grupos de Trabalho.

8. Pedidos de informação ao Governo e Entidades da Administração do Estado

A Comissão efectuou diversos pedidos de informação, nomeadamente ao Governo e à Autoridade da Concorrência, por iniciativa própria, no âmbito de tramitação de petições, na sequência de audiências concedidas pela Comissão ou os seus Grupos de Trabalho, bem como após solicitação de cidadãos sobre assuntos específicos.

9. Escrutínio de Iniciativas Europeias

Foram distribuídas 77 iniciativas europeias para escrutínio, das quais 17 eram iniciativas legislativas (propostas de Regulamento, de Decisão ou de Directiva) e 60 eram iniciativas não legislativas, tendo a Comissão emitido parecer relativamente a 72 dessas iniciativas.

No decorrer da 2ª Sessão Legislativa, e no contexto da apreciação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011, a Comissão procedeu à revisão da sua metodologia de escrutínio das iniciativas, de modo a privilegiar as iniciativas mais relevantes, tendo igualmente em conta a agenda da Comissão. Em diversos pareceres a Comissão apresentou, em sede das respectivas Conclusões, diversas sugestões a reencaminhar à Comissão Europeia, com vista à sua consideração no âmbito do respectivo processo legislativo.

10. Outros Pareceres

A Comissão foi igualmente solicitada, por pedido da Comissão de Orçamento e Finanças, a emitir parecer sobre os Relatórios da Conta Geral do Estado.

11. Grupos de Trabalho

11.1. Comércio e Serviços

O Grupo de Trabalho – Comércio e Serviços foi constituído com um mandato até Setembro de 2011, tendo apresentado o seu relatório de progresso na reunião da Comissão de 8 de Fevereiro de 2011, que foi aprovado por unanimidade.

Os seus objectivos eram: acompanhar a aplicação do Decreto-Lei 21/2009, de 19 de Janeiro; analisar a qualidade do comércio electrónico; analisar a actividade comercial nos centros históricos; acompanhar os programas de apoio financeiro aos sectores do comércio e serviços (nomeadamente no contexto do MODCOM) e acompanhar iniciativas europeias.

Ao longo da Legislatura, o Grupo de Trabalho concedeu cinco audiências, e levou a cabo duas audições, tendo ainda promovido uma audiência pública a 13 de Dezembro de 2010, sobre “Comércio Electrónico e Comércio Tradicional”, que contou com a participação de mais de 70 Associações Empresariais de âmbito concelhio ou regional, de todo o país. Enfim, o Grupo de Trabalho efectuou uma deslocação, na sequência de um convite recebido da Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores.

11.2. Desenvolvimento Regional

O Grupo de Trabalho – Desenvolvimento Regional foi constituído com um mandato para toda a Legislatura, tendo apresentado um relatório de progresso na reunião da Comissão de 8 de Fevereiro de 2011, que foi aprovado por unanimidade. Este Grupo de Trabalho tinha os seguintes objectivos: estudar, acompanhar, efectuar recomendações e apontar caminhos para as Políticas de Desenvolvimento Regional, de forma integrada, nomeadamente através da consideração dos seguintes eixos principais de actividade (acompanhamento da execução quantitativa e qualitativa do QREN, coesão territorial, perspectivas de Política Regional e financeiras da União Europeia, cooperação transfronteiriça e modelos e Abordagens ao Desenvolvimento Regional).

No decorrer da Legislatura, o Grupo de Trabalho levou a cabo dez audições, duas das quais conjuntas, no âmbito da Execução do QREN, tendo ainda efectuado uma visita de trabalho ao distrito de Faro.

11.3. Energia e Eficiência Energética

O Grupo de Trabalho – Energia e Eficiência Energética, constituído com um mandato até Setembro de 2011, apresentou o seu relatório de progresso na reunião da Comissão de 2 de Fevereiro de 2011, tendo o documento sido aprovado por unanimidade. Este Grupo de Trabalho tinha os seguintes objectivos: avaliar a evolução da implementação de energias limpas e sustentáveis; analisar o impacto das políticas públicas de promoção da eficiência energética; efectuar o balanço da Estratégia Nacional de Energia; acompanhar a implementação do MIBEL e do MIBGAS; verificar o acompanhamento e monitorização das medidas nacionais de mitigação de emissões, contidas no Plano Nacional de Alterações Climáticas; divulgar projectos inovadores na área da energia e da sustentabilidade; acompanhar o funcionamento dos mercados da energia em Portugal e respectiva regulação e, enfim, acompanhar iniciativas europeias. Em Fevereiro de 2011, o GT viu o seu mandato prorrogado pela incumbência de concretizar as conclusões constantes do Relatório da Petição 120/XI/2ª.

Ao longo da Legislatura, o Grupo de Trabalho levou a cabo nove audições, uma das quais conjunta e dez audiências (sobretudo a empresas e associações a agentes do sector energético), tendo ainda efectuado quatro visitas de trabalho.

11.4. Regulação da Concorrência e Defesa do Consumidor

O Grupo de Trabalho – Regulação da Concorrência e Defesa do Consumidor foi constituído com um mandato até Setembro de 2010, entretanto prorrogado. Em 2 de Fevereiro de 2011, o Grupo de Trabalho apresentou em Comissão o respectivo relatório de progresso das actividades já desenvolvidas, que foi aprovado por unanimidade. O Grupo de Trabalho tinha os seguintes objectivos: avaliar o funcionamento do Sistema Nacional de Regulação da Concorrência e de defesa dos Consumidores; avaliar o funcionamento dos mecanismos de incorporação dos interesses dos Consumidores na actividade regulatória; avaliar o funcionamento do Sistema de Resolução de Litígios de Consumo e, enfim, acompanhar iniciativas europeias.

Em toda a Legislatura, o Grupo de Trabalho desenvolveu um conjunto de 14 audições a diversas entidades reguladoras, tendo igualmente concedido duas audiências e levado a cabo duas visitas de trabalho.

O Grupo de Trabalho realizou uma audição pública em Novembro de 2010, sobre as temáticas acompanhadas pelo GT e no qual participaram os principais agentes que operam nestas matérias. No painel da manhã foi discutida a Regulação da Concorrência, enquanto no painel da tarde foram abordados os temas da Defesa do Consumidor.

11.5. Sector Automóvel

O Grupo de Trabalho – Sector Automóvel foi constituído com um mandato até Setembro de 2011, tendo apresentado o seu relatório de progresso na reunião da Comissão de 8 de Fevereiro de 2011, que foi aprovado por unanimidade. Este Grupo de Trabalho tinha os seguintes objectivos: acompanhar a evolução do sector e o seu desenvolvimento no quadro da dependência energética do país, ter em conta os impactos económicos, sociais e ambientais da indústria automóvel, observar os níveis de produtividade e de competitividade e, enfim, efectuar uma comparação do enquadramento do sector em Portugal e noutros países da União Europeia.

Ao longo da Legislatura, o Grupo de Trabalho concedeu cinco audiências e efectuou nove audições a diversas associações do sector.

11.6. Têxteis e Vestuário

O Grupo de Trabalho – Têxteis e Vestuário foi constituído com um mandato até Setembro de 2011, tendo apresentado o seu relatório de progresso na reunião da Comissão de 8 de Fevereiro de 2011, que foi aprovado por unanimidade. Este Grupo de Trabalho pretendia atingir os seguintes objectivos: acompanhar a evolução do sector (e suas ramificações), em particular na sua produtividade e competitividade, ter em conta os impactos económicos, sociais e ambientais, divulgar as boas práticas nacionais e avaliar a sequência dada às recomendações constantes no relatório do Grupo de Trabalho na legislatura anterior.

O Grupo de Trabalho acompanhou a proposta da Comissão Europeia de reduzir as taxas alfandegárias para as exportações provenientes do Paquistão para a União Europeia. Deste trabalho resultou um Projecto de Resolução subscrito por todos os partidos com assento no GT-TV e aprovado em plenário, em 26 de Novembro de 2010.

Ao longo da Sessão, o Grupo de Trabalho concedeu cinco audiências e efectuou duas audições a diversos agentes do sector.

11.7. Turismo

O Grupo de Trabalho – Turismo foi constituído com um mandato até Setembro de 2011, tendo apresentado o seu relatório de progresso na reunião da Comissão de 8 de Fevereiro de 2011, que foi aprovado por unanimidade. Este Grupo de Trabalho tinha os seguintes objectivos: acompanhar a evolução do sector, tendo em atenção os impactos económicos, sociais e ambientais e a divulgação de boas práticas; auscultar os diversos agentes do sector: associações, sindicatos, organismos da administração directa e indirecta do Estado e tutela do sector; acompanhar a execução do PENT e efectuar contactos privilegiados com a sociedade civil.

No decorrer da Legislatura, o Grupo de Trabalho ouviu num conjunto de onze audições diversos operadores do sector do turismo, bem como o Secretário de Estado com a tutela do sector, tendo ainda concedido duas audiências. Continuando o trabalho desenvolvido em anteriores Legislaturas, efectuou uma visita a entidades regionais de turismo.

11.8. Pólos de Competitividade e Clusters

O Grupo de Trabalho – Pólos de Competitividade e Clusters foi constituído no início da 2ª Sessão Legislativa, com o seguinte mandato: efectuar o balanço das Estratégias de Eficiência Colectiva, tendo em conta os objectivos traçados - foco estratégico, concorrência internacional, desenvolvimento de projectos estruturantes, desenvolvimento de projectos de I&D e Inovação e dinamização entre os diversos actores envolvidos. Da actividade deste GT e, em particular, da audição dos 19 Pólos de Competitividade e Tecnologia, resultou a elaboração de um relatório, apresentado à Comissão e aprovado em 15 de Fevereiro de 2011, do qual consta uma série de recomendações.

Com vista à prossecução do seu mandato, o Grupo de Trabalho efectuou um conjunto vasto de audições aos diferentes Pólos de Competitividade e Tecnologia e Clusters existentes.

12. Relatores para a Inovação

Os Relatores para a Inovação foram mandatados no início da Legislatura para identificar e caracterizar boas práticas de inovação que sejam passíveis de replicação, com o propósito do aumento da produtividade e da competitividade. Do trabalho dos Relatores, nomeadamente das audições a seis associações e dois institutos que operam na área da inovação, resultou um relatório, apreciado e aprovado em reunião da Comissão de 15 de Fevereiro de 2011, do qual consta um conjunto de sete recomendações em matéria de políticas de promoção de inovação.

13. Nota final

O trabalho da Comissão foi apresentado, ao longo deste relatório, de um modo simplificado, tendo em conta os Relatórios de Actividades mais detalhados produzidos no final de cada Sessão Legislativa.

A prossecução de diversos objectivos constantes dos Planos de Actividades, bem como as actividades desenvolvidas pelos diversos Grupos de Trabalho constituídos no início da Legislatura,



COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E ENERGIA

foi interrompida com a dissolução, em Abril de 2011, da Assembleia da República, quase dois anos e meio antes do previsto.

Fica a expectativa de que todo o trabalho desenvolvido e o espólio acumulado sejam recuperados e potenciados no decorrer da próxima Legislatura, com vista a um processo legislativo de melhor qualidade e um acompanhamento e fiscalização cada vez mais eficazes da actividade governativa.

Palácio de São Bento, 6 de Abril de 2011.

António José Seguro
Presidente